

UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO CORONAVÍRUS NA ECONOMIA MUNDIAL E BRASILEIRA

AN ANALYSIS OF THE IMPACT OF THE CORONAVIRUS ON THE WORLD AND BRAZILIAN ECONOMY

José Sérgio de Jesus,
Nylander Nunes Costa,
Aline Maria Paulo do Amaral

1. INTRODUÇÃO

É notório que o mundo nunca se viu diante de um desafio tão inédito como o da pandemia do novo Coronavírus (Covid 19), pois diferente de outros momentos e outras pandemias, o mundo nunca esteve com suas cadeias de produção tão conectas e a comunicação pela internet nunca esteve tão difundida, ou seja, temos um vírus que se alastra com uma facilidade inigualável, uma hiper conectividade social e um mercado que realmente atingiu o tão sonhado nível de globalização e como uma cereja no bolo, a Arábia Saudita e a Rússia decidiram entrar em disputas de preço no mercado de petróleo, inundando o mercado com produção a preços baixos em momento de baixa demanda.

A última grande crise econômica foi a de 2008, que teve repercussão mundial e culminou em desaceleração econômica, desemprego e falta de liquidez nos mercados globais.

Todavia, em razão da pandemia do Coronavírus, estamos vivendo uma crise sem precedentes, que se espalhou por todo planeta e afetou diretamente a economia de todos os países.

Estamos no ápice do isolamento social, em que há a suspensão temporária das atividades econômicas, mantidas somente aquelas consideradas essenciais, para evitar o trânsito de pessoas e a proliferação do vírus e da doença (COVID-19).

Estamos diante de um dilema, fazemos aquilo que a medicina pela ciência que é em si, indica que o melhor a se fazer no ponto de vista epidemiológico, mandam a todos permanecerem em confinamento, em outras palavras, sem produção, sem oferta, sem demanda, sem comércio, ao mesmo tempo, nós como economistas, sabemos que a roda tem que girar, que sem atividade econômica, logo nem a medicina se sustentará.

Este trabalho objetiva, de forma sintética, analisar os impactos do Coronavírus na economia e a necessária reestruturação econômica para superar a crise gerada pela pandemia.

Para isso, está estruturado em três breves seções, sendo a primeira uma discussão acerca do contexto atual e futuro do Coronavírus na economia; a segunda uma análise da intervenção estatal como forma de mitigar estes impactos; e a terceira a discussão dos impactos e da reestruturação econômica vindoura.

2. Visão atual e futura do Corona vírus na economia

A pandemia do Coronavírus, surgida na China no final de 2019, tendo se espalhado por todo planeta, ocasionou uma das mais dramáticas crises de saúde pública mundial nas últimas décadas, o que gerou impactos inimagináveis na economia planetária.

O vírus foi detectado em uma província chinesa e rapidamente atravessou as fronteiras daquele país exatamente em razão dos fluxos da globalização que permitem o trânsito permanente e irrestrito de pessoas pelo mundo, tornando-se em, praticamente 2 meses, uma pandemia.

As autoridades chinesas, apesar de ações iniciais nada transparentes, atacaram diretamente o problema, com o isolamento social nas cidades contaminadas, além de construção de hospitais de campanha e de tratamento focado no problema.

Mesmo assim, houve o impacto direto na economia local com o fechamento do comércio e da indústria, o que refletiu sobremaneira nos setores que dependiam diretamente da produção daquela região.

Entretanto, o vírus, como anteriormente citado, rapidamente se espalhou, atingindo os países vizinhos e chegando à Europa, que não avaliou inicialmente o potencial destrutivo da doença e não tomou medidas preventivas e saneadoras no tempo adequado, como o caso da Itália e da Espanha, tendo um efeito devastador na comunidade europeia, com a necessidade de radical de isolamento das pessoas, do tratamento aos contaminados, sobrecarregando os sistemas de saúde e paralisando a economia de todo bloco europeu.

Por sua vez, o vírus chegou na maior economia mundial, os Estados Unidos, e se alastrou por todo país, especialmente no estado de Nova York. O presidente americano, em ato inconsequente inicial, menosprezou o poder destruidor da pandemia e não tomou as medidas necessárias para contenção da doença (COVID-19), colapsando o sistema de saúde e sendo obrigado, mesmo que tardiamente, decretar o isolamento social e paralisar praticamente todas as atividades econômicas.

O vírus chega ao Brasil e o governo federal minimiza o perigo de uma contaminação em massa, apontando que a atividade econômica deveria ser mantida. Mas, os governadores, em sua maioria, decretam suspensão de todas atividades produtivas, mantendo somente o essencial para sobrevivência e pregam e determinam o isolamento social como forma de mitigar a contaminação e proteger o sistema de saúde.

Com isso, um país de extensão territorial continental, consegue conter o pico da pandemia, mas ao custo do sacrifício da economia, especialmente por ser baseada na informalidade. Assim, o tímido crescimento econômico realizado em 2019 é perdido em razão da paralisação da economia, bem como a previsão de crescimento para 2020 da ordem de 2,7% do PIB é revista para uma possível recessão neste ano. Por outro lado, toda economia mundial é afetada da mesma forma, pois há uma enorme retração da atividade econômica, como também um efeito psicológico enorme na possibilidade de consumo pelas pessoas, que perderam renda e empregos, com uma previsão de recessão e de aumento generalizado do desemprego.

Os Estados Unidos estão, no momento, no pico da pandemia, com as atividades

totalmente paralisadas, gerando um grande reflexo em toda economia global. A China retomou timidamente ainda as atividades produtivas e há uma tentativa de volta à normalidade naquele país.

Em meio a esta situação, há uma disputa entre os países produtores de petróleo, ocasionando uma verdadeira guerra de preços, fazendo com o valor do barril de petróleo desabe e afete todo mercado mundial, com perdas expressivas das empresas do setor.

Este é o cenário em que estamos inseridos neste momento e cabe uma análise mais acurada das medidas intervencionistas na economia.

3. As Intervenções Estatais

Diante da crise econômica gerada pelo Coronavírus, os Estados tiveram que retomar o papel de interventor na economia, como ocorrido na Grande Depressão americana nos anos 1930 e na crise econômica mundial de 2008.

Países com políticas macroeconômicas neoliberais, calcadas no câmbio flutuante, no superávit primário das contas públicas e em metas de inflação, como os EUA e o próprio Brasil, tiveram que flexibilizar estas políticas para intervir na economia e injetar liquidez no mercado para salvar empresas e dar proteção social aos menos favorecidos.

É uma volta forçada ao Keynesianismo, aos princípios do Estado de Bem-Estar Social, sendo o governo um agente econômico, atuando ainda como garantidor e distribuidor de renda e buscando manter minimamente o funcionamento da economia.

Nos EUA e na Europa, os governos aprovaram planos emergenciais para lançar crédito e distribuir renda para os que perderam empregos e tiveram suas atividades econômicas interrompidas, com a injeção de vultosos aportes públicos na economia.

No Brasil, o Estado também teve que aprovar um plano emergencial para financiamento das empresas, geração de renda para a população carente e que atua na informalidade, além de ter que fazer várias intervenções no mercado de câmbio para segurar a desvalorização do real frente ao dólar.

Estamos no meio do isolamento social e da paralisação da economia, sendo mantidas somente as atividades consideradas essenciais, tendo gerado falta de renda nas famílias, sendo necessária a construção de uma grande rede solidária para mitigar a escassez de recursos financeiros para milhões de brasileiros. Somente a atuação estatal consegue agir de forma sistematizada em todo território nacional e com programas de geração de renda para garantir a sobrevivência das pessoas. As pequenas e médias empresas estão paralisadas, comprometendo o seu fluxo de caixa e com o aumento do desemprego, pois os empreendedores não conseguem manter os empregados sem caixa. Também há uma ação intervencionista do Estado com a concessão de crédito subsidiado para as empresas garantirem as suas folhas de pagamento nos próximos meses, como também foi lançado um programa para suspensão dos contratos de trabalho ou redução da jornada de trabalho de forma temporária, sendo que as diferenças salariais dos empregados serão garantidas com recursos do seguro-desemprego.

Fica evidente que a intervenção estatal rompe com os princípios neoliberais, pois aprova-se estourar o teto de gastos do orçamento público, o que demandará em

déficit fiscal e emissão de dívida pública para custear as despesas decorrentes da pandemia.

Por outro lado, é fundamental compreender os impactos na economia e de que forma deve ser reestruturada após a volta à normalidade.

4. Impacto E Reestruturação Econômica

A pandemia do Coronavírus já deixa efeitos bastante preocupantes na economia, tendo em vista que afetou todas as áreas da agricultura, indústria, comércio, mas especialmente do ramo de serviços.

O mercado financeiro desabou com perdas estrondosas em todos os setores, com a queda das Bolsas de Valores de todo o mundo. No Brasil, o Ibovespa tem perdas acumuladas no ano de cerca de 38%, levando quase à falência empresas consideradas sólidas no mercado.

O ramo do turismo tem perdas incalculáveis, tendo em vista que estes serviços foram praticamente extintos no momento, vez que quase todos os voos nacionais e internacionais foram suspensos, os hotéis estão vazios, os restaurantes fechados e totalmente paralisados os serviços acessórios da indústria do turismo.

Com o fechamento do comércio de uma forma geral, as pequenas empresas, que geram cerca de 80% dos empregos no país, estão paralisadas. São empresas sem grande fluxo de caixa e dependem do recebimento das vendas e serviços para o pagamento dos custos e despesas. Há um processo de demissões e busca de alternativas para que estas empresas mantenham ao menos minimamente as suas atividades, com serviços de entrega ou vendas pela internet. Todavia, prestadores de serviços, como cabeleireiros, massagistas, diaristas entre outros estão totalmente sem renda, devido ao isolamento social.

Percebe-se, portanto, que teremos inúmeras falências, um aumento expressivo do desemprego e a retração da atividade econômica, mesmo após o fim da pandemia, pois ainda haverá grande desconfiança da população para retomada do consumo de produtos e serviços, como viagens aéreas, hospedagens, restaurantes, bares, festas e eventos.

Todavia, áreas como comércio de alimentos, medicamentos e produtos hospitalares, bem como prestação de serviço na área da saúde estão em plena expansão, em razão das novas demandas surgidas. Por seu turno, atividades tradicionais têm passado por um processo de inovação, como o setor educacional que se reinventa com a implementação de tecnologias para ofertar aulas remotas, o comércio que busca diversas alternativas para vendas online e prestação de serviços que passam a ser mediados por computadores.

O Brasil é uma nação relativamente pobre e com uma dívida que inspira desconfiança por investidores de todo mundo, com isso tivemos uma visão ultra liberal e voltada a austeridade chegando ao poder, que prometia austeridade fiscal, reformas estruturantes e uma política totalmente voltada ao livre mercado, mas é notório que o que estamos enfrentando não é uma simples crise de crédito ou uma pressão inflacionária que poderia ser combatida com elevação das taxas de juros ou ações de enxugamento monetário, estamos em um esforço de guerra e em guerra não se economiza, uma guerra contra um inimigo invisível e na parte econômica deve ser

tratada como tal, com ações que tem tempo determinado para se encerrar e não ações que minam e destroem as bases econômicas por anos, condenando gerações ao subdesenvolvimento e desesperança.

Diante destes impactos, em curto prazo, teremos uma reestruturação da matriz econômica, com o abandono, mesmo que temporário, da política macroeconômica neoliberal para o resgate de ações desenvolvimentistas no sentido de o Estado proteger os negócios e as pessoas, estimulando a economia e a liquidez.

O Governo vem implantando linhas de crédito às empresas para pagamento de salários, estendendo o prazo para pagamento de impostos, concedendo auxílio emergencial a famílias de trabalhadores autônomos e baixa renda, ampliando programas sociais, paralisando prestações imobiliárias, liberando FGTS, injetando praticamente 5% do PIB em ações de mitigação da crise econômica.

Portanto, torna-se imperiosa a revisão das metas de crescimento e de inflação, o estímulo à retomada da atividade produtiva, à geração de emprego e renda e de suporte financeiro com juros subsidiados para as empresas. Há análises preditivas que, após o isolamento social, haverá uma retomada do crescimento em 2021, mas dificilmente não passaremos por uma recessão em 2020.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo permitiu compreender os impactos da pandemia do Coronavírus na economia mundial, especialmente na economia brasileira, diante da paralisação da atividade econômica decorrente das ações restritivas de circulação de pessoas, com o fechamento do comércio, indústria e serviços.

Para tanto, analisamos o contexto atual da pandemia e seus desdobramentos no mundo e em nosso país, para perceber que somente a intervenção estatal é o caminho possível para manter a liquidez, dar suporte às empresas, garantir renda mínima para as pessoas e proteger os empregos.

Dessa forma, percebemos que as políticas adotadas, mesmo por países liberais, foram no sentido de intervir na atividade econômica, abandonando os ditames neoliberais, com aumento da dívida pública e suspensão das metas de superávit primário, tendo em vista que a economia necessita desta proteção e intervenção.

Somente ações planejadas e executadas com o objetivo de proteção das empresas, das pessoas menos favorecidas e do estímulo à retomada da atividade econômica poderão sustentar a economia para que supere este momento de retração e recessão para retomada do crescimento econômico na maior brevidade possível.